

EDITORIAL

A Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, publicação semestral do grupo de pesquisa Movimentos Social e Espaço Urbano (MSEU-UFPE) apresenta a sua última edição do ano de 2015, contemplando publicações de artigos científicos, ensaios e resenhas. É com enorme alegria que escrevo este editorial, primordialmente, pela importância do grupo MSEU, na formação acadêmica engajada de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores, sempre atuantes e preocupados com os diversos temas que permeiam a produção do espaço geográfico. Ademais, por estar participando efetivamente do processo de elaboração e edição desta revista, destaco que nestes quase quatro anos de existência, ela vem mantendo seu intuito de democratizar as oportunidades de publicação de artigos, abrindo espaço tanto para os estudantes de graduação, quanto para pesquisadores de grande renome nos cenários nacional e internacional. E acima de tudo, sempre buscando evoluir no que tange à qualidade acadêmica e à inovação de suas publicações.

Nesta nova edição, do quarto volume, de número dois do ano de 2015, a revista apresenta e reúne artigos nos seus três eixos temáticos principais, contemplando ainda dois trabalhos na seção “Ensaio, Resenhas e Entrevistas”. Ainda neste volume, destacamos a contínua e crescente internacionalização, integrando trabalhos de pesquisadores nacionais e internacionais (de origem italiana, portuguesa e colombiana). Assim como nas edições anteriores, os artigos publicados apresentam uma variedade de temas, inseridos, predominantemente, no campo da Geografia Humana e contemplando as diferentes escalas de abordagem.

Na seção de abertura desta publicação, **MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE E NO CAMPO**, acha-se o artigo de Cláudio Jorge Moura de Castilho, intitulado “Diferente prática pedagógica (da geografia), diferentes experiências de vida na sociedade”, que trata da necessidade de se repensar o papel fundamental no processo de transformação social, a partir de práticas pedagógicas diversas que permitam viabilizar, por seu turno, diferentes experiências de vida na sociedade. Reflexão que, articulando as dimensões da realidade e virtualidade no ensino de geografia, é realizada a partir da re colocação de

problemas inerentes à realidade situacional da prática pedagógica em escolas públicas no município de Recife. A revisão da literatura sobre o tema e a experiência empírica do autor (acadêmica e prática) neste município e em sala de aula foram os principais recursos metodológicos utilizados para a discussão do tema proposto. Como últimas palavras, o autor lança questões para serem respondidas e refletidas pelos próprios atores das redes municipais e estaduais do ensino público, começando pelo estímulo à aproximação das condições vividas pelos seus discentes e o incentivo ao estudo de campo, fora dos espaços da escola, para que o aluno amplie o seu contato com a natureza e com a sociedade que o cerca.

No eixo temático **PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ATORES, INSTRUMENTO E CONTEÚDOS**, há três artigos. O primeiro, de autoria de Benevides Bonavides de Araujo, Lindenberg Cosme de Oliveira, José Cremilda Ferreira Alves, Luiz Antônio de Oliveira e Elba Alves, intitulado “Impactos socioespaciais do transporte de passageiros no projeto de navegabilidade do rio Capibaribe: estação dois irmãos (br-101, shopping norte)”, tem como objetivo central analisar os impactos socioespaciais causados pela construção e implantação da estação Dois Irmãos (BR-101, Shopping Norte) do projeto do governo do estado de Pernambuco, cuja meta é implantar um sistema integrado de transporte de passageiros, utilizando embarcações adequadas ao transporte de massa. Para realização do trabalho, os autores fundamentaram-se, essencialmente, em observações empíricas, bem como em um estudo orientado para a localização das estações de embarque e desembarque de passageiros, considerando o transbordo e a integração da hidrovía do Rio Capibaribe ao sistema de transporte metropolitano em Recife. Por último, o artigo atenta para necessidade de se pensar e discutir os impactos socioespaciais desta intervenção, mesmo em face da possibilidade de reavivar a importância dos rios Capibaribe e Beberibe e dinamizar a mobilidade urbana da cidade.

O segundo artigo é de autoria de Leonio José Alves da Silva, intitulado “Segregação urbana e instrumentos de acesso à moradia no Brasil e na França”, tem como proposta realizar uma breve análise do acesso ao direito fundamental à moradia, sua previsão no contexto internacional e os principais instrumentos de combate à segregação urbana nos ordenamentos territoriais brasileiro e francês, citando decisões judiciais, dados

estatísticos e outras fontes auxiliares. No ordenamento brasileiro, o autor se baseia principalmente nas Leis 9.638/1998, 10.257/2001, 12.873/2013 (comentando o Projeto Nova Luz em São Paulo, de Parcerias Público-Privadas na desapropriação) e, no francês, dá destaque à *Loi d’Orientation pour la ville* – LOV (Lei n. 981-662/199), o Código de Urbanismo e o movimento *Grenelle de l’Environnement*, voltados ao combate da especulação imobiliária, a subutilização do imóveis e a gentrificação. Na tentativa de exemplificar esta análise comparada dos dois distintos sistemas jurídicos, o estudo aborda casos emblemáticos de gentrificação em Recife, a exemplo das torres gêmeas, Projeto “novo Recife” e Via Mangue, e de programas de habitação popular implementados na França. Os resultados que persistem após empreender a análise, é que o Brasil ainda precisa promover a prática dos preceitos constitucionais que permeiam a realidade urbana.

A terceira publicação do eixo, contempla o trabalho de Diana Carolina Gómez Bautista e Valcilene Rodrigues da Silva, “Pluriactividad una opción para la sustentabilidad en el semiárido brasileño: caso minifundios del municipio de Brejinho-PE”, tem como propósito, identificar o papel da pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas) na sustentabilidade dos pequenos proprietários agropecuários do Semiárido brasileiro, como uma alternativa para abarcar as diversas posturas e opções do desenvolvimento para melhoria da qualidade de vida da população. O estudo traz como referência empírica três comunidades rurais do semiárido brasileiro, especificamente do município de Brejinho–Pernambuco (PE), constituídas predominantemente por minifúndios de agricultores familiares. Nestas comunidades serão observados três componentes básicos: políticas públicas; desenvolvimento sustentável e os recursos naturais do Semiárido. Para tanto, o estudo desenvolveu-se a partir do método dialético, o qual permite abordar os diversos fenômenos sociais e históricos considerando suas contradições e conflitos. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa apoiou-se em revisão de literatura e observação participante em algumas propriedades da área estudada. Trata-se, enfim, de uma das pesquisadoras, apoiada pelo programa SEMEAR em parceria com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a

Agricultura (IICA), com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

A seção temática **PLANEJAMENTO E GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA**, abriga sete artigos. O primeiro, de autoria de Maria do Carmo de Albuquerque Braga e Marny Pessoa Silva de Araújo, intitulado “Megaempreendimentos. Fixos e fluxos em sintonia?”, tem como proposta demonstrar o descompasso entre os processos de planejamento e gestão urbanos, em Pernambuco, em função dos grandes investimentos econômicos promovidos pelo Governo do Estado, induzindo o surgimento de megaempreendimentos imobiliários, sob a justificativa do desenvolvimento para a Região Metropolitana do Recife. No estudo, as pesquisadoras propõem uma reflexão sobre o tema planejamento x gestão, abordando ainda o conceito megaempreendimento que tem sido trabalhado pela academia, mas que vem sendo utilizado pela mídia como bairro planejado ou cidade planejada. Para isso, o estudo baseia-se nos seguintes procedimentos metodológicos: (1) apresentação da contextualização do tema em função do que vem ocorrendo, em termos de investimentos governamentais, em Pernambuco, a exemplo da Cidade da Copa e Polo Farmacoquímico; (2) resgate sucinto dos conceitos e teorias de autores relativos ao processo de planejamento; (3) indicação dos últimos empreendimentos imobiliários anunciados pela mídia, que estão sendo e/ou serão implantados na região, a maioria apelando para o discurso da sustentabilidade, com base em um desenvolvimento equilibrado. O artigo busca a partir do descompasso identificado, refletir sobre uma forma de planejar espaços urbanos para a região e as implicações na sua gestão.

O segundo trabalho investigativo, é de autoria de Bruno Augusto Pontes, Danilo Santos, Karla Rafaella Seabra, Laudemir Lira e Walter Oliveira, intitulado “Políticas públicas de conforto ambiental: o sistema cicloviário na questão da mobilidade em Recife-PE”, traz à tona uma discussão sobre a mobilidade urbana tomando como referência o papel do transporte cicloviário no conforto ambiental, enquanto alternativa viável para a caótica situação das metrópoles brasileiras. Observa-se que, no estado de Pernambuco e em Recife, as ações realizadas têm o intuito de atender às exigências da Política Nacional de Mobilidade Urbana, tendo gradual evolução, através do Programa Estadual de

Mobilidade Urbana e do Projeto Ciclofaixa Recife, sendo estas protagonistas das novas ações para avançar na melhoria da mobilidade urbana. Diante deste cenário, trata-se, de forma introdutória, da mobilidade e do transporte na cidade, dando maior enfoque para o transporte alternativo àqueles que se mostram hegemônicos – a bicicleta, ressaltando ainda a sua importância na dinamização da mobilidade urbana. Como procedimentos metodológicos, os autores realizaram visitas ao campo e entrevistas com atores envolvidos. Além das observações empíricas, para embasamento teórico, foi feita uma pesquisa bibliográfica. Ao final, o artigo demonstra que, apesar da insipiência das ações para melhoria da mobilidade urbana, alguns avanços são percebidos. No entanto, para uma melhoria efetiva, é necessário buscar acima de tudo a construção de cidades sustentáveis estimulando ao mesmo tempo a ocupação dos espaços pelas pessoas, com proposições de planejamento integrado às questões de mobilidade urbana e com participação ativa da sociedade.

Em sequência, encontra-se o artigo de autoria de Solange Laurentino dos Santos, Mircia Betânia Costa e Silva, Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral, Glaciene Mary da Silva Gonçalves e Lia Giraldo da Silva Augusto, intitulado “Percepção sobre o controle da dengue: uma análise a partir do discurso coletivo”, que tem como proposta analisar a natureza do problema do controle da dengue e o Programa de Controle da Dengue em um município da Região Nordeste do Brasil, a partir da percepção dos atores sociais sobre o processo de transmissão da Dengue, sua determinação e as medidas de controle realizadas na esfera local de atuação. Como método utilizou-se a pesquisa qualitativa em município do Nordeste. Escolheu-se o Cabo de Santo Agostinho na Região Metropolitana do Recife. Foi realizado ainda um levantamento documental para a caracterização dos componentes do programa no nível local (relatórios da Secretaria Municipal, leis, portarias, atas de reuniões), e para conhecer o discurso coletivo, foi adotada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), baseado no estudo de Lefèvre e Lefèvre (2003). Ao final, o estudo enfatiza que a condição para uma intervenção como a do controle da dengue, reside, antes de tudo, no conhecimento da totalidade (complexidade) da escala local de atuação, bem como no das dinâmicas de interação entre os atores sociais envolvidos nesta política.

O quarto artigo, de autoria de Luís Mendes, intitulado “Ofensiva neoliberal,

reescalonamento geoinstitucional e a agenda reformista do governo português para o poder local”, expõe, no atual contexto de crise do Estado Social em Portugal, os antecedentes da ofensiva neoliberal, nomeadamente os impactos do memorando de entendimento da Troika na administração regional e local, como alavanca para a atual reforma da administração local. Destarte, utilizando-se de um cruzamento entre uma revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema e análise de conteúdo de documentos estratégicos do governo português. O pesquisador demonstra em que medida esta reforma do território se consagra como uma tendência clara da neoliberalização do espaço (sub)regional, a exemplo de aplicação de regimes de normas transnacionais e outros experimentos regulatórios típicos do paradigma neoliberal aplicado ao ordenamento do território. Por último, mediante a reestruturação geoinstitucional e de um reescalonamento administrativo, o estudo em questão observa que existe uma formalização da arte liberal de governar ao serviço do Estado Capitalista, cujo papel é garantir a reprodução da agenda neoliberal do mercado, do neoconservadorismo, promover a cultura de consumo, do individualismo e, em última análise, incentivar a desmobilização das resistências e das lutas sociais.

O quinto artigo, de autoria de Giusy Pappalardo, intitulado “Maieutic research and education in distressed social-ecological systems. Lessons from the state named after the great river, Mississippi, USA”, objetiva explorar e enfrentar a dinâmica contraditória do sistema socioecológico, utilizando-se dos resultados de uma pesquisa empírica sobre o planejamento, especificamente sobre um Estado localizado ao Sul dos Estados Unidos, cujo próprio nome remete ao elemento estruturador natural, o Rio Mississipi, considerado como “grande rio pai da água”. Para isso, lança algumas reflexões: em primeiro lugar, que não se pode pensar os recursos naturais dissociados da sua relação com a sociedade; e que esta inter-relação é dialética uma vez que a dinâmica social, ora se expressa sob o conflito, ora sob esforços colaborativos. E por fim, a autora enfatiza o papel da educação enquanto possibilidade para enfrentar a complexidade das questões sociais e ecológicas. Como procedimentos de pesquisa, integrou-se uma variedade de abordagens com base em uma profunda interação entre pesquisadores e atores-chave, procurado abordar, de um lado, as lições metodológicas essenciais para o planejamento de pesquisa e para o entendimento da problemática. De outro, forneceu-se uma tipologia

de abordagens educativas ambientais com a finalidade de permitir a definição de educação maiêutica mais complexa, visando proporcionar tanto contribuições neste estudo específico, como em outros contextos com características semelhantes. O artigo buscou, enfim, inspirar a tomada de decisão em processos de semelhante problemática e complexidade.

O sexto artigo deste eixo, de autoria de Giannantonio Scaglione, intitulado “The boundaries of urban health policy: local powers, cholera morbus and social dynamics in Sicily in 1837. The projects of the strange “reorder” of the civita district in Catania”, consiste num estudo de cunho histórico que objetiva reconstruir os acontecimentos políticos e as diferentes políticas implementadas para prevenir a disseminação da epidemia de cólera na cidade do Reino das Duas Sicílias, nas primeiras décadas do século XIX. Com a identificação destes eventos históricos, o estudo vai demonstrar que ocorreu um conflito político entre o governo municipal de Catania e o Intendeza, visto que se questionava se a implementação de projetos de saúde tinha de fato a finalidade de resolver o grave surto de cólera em 1837. Isso porque, segundo o autor, existiam outros interesses em jogo, o que veio a findar na subversão do projeto com a aprovação de algumas ações de caráter eminentemente econômico e de reorganização urbana. Para a realização da investigação em questão, foi realizado um levantamento histórico-documental sobre os eventos e sobre a totalidade do quadro administrativo da gestão do espaço urbano, permitindo colher as diferentes interpretações sobre as intervenções gerais para o enfrentamento da cólera, bem como na área que abrigaria o novo porto da cidade. Para abarcar esta complexidade e facilitar a leitura do espaço, foi utilizada como ferramenta de análise, a cartografia temática. Como considerações finais, a pesquisa demonstra que o mau direcionamento do projeto e os conflitos reproduzidos pela administração pública da cidade impediram a efetiva política de saúde pública para salvaguardar a população do distrito.

Por fim, o sétimo artigo, de autoria de Dóris Janylla Siqueira Lopes Campos, intitulado “A Via mangue sob o olhar do ordenamento territorial urbano em Recife-PE: o lugar dado às famílias pobres”, pretende compreender o projeto Via Mangue sob a perspectiva do ordenamento territorial urbano, colocando em pauta a relação entre localização e

distribuição das ações voltadas às localidades pobres afetadas pela implementação do corredor viário. Antes de empreender a análise sobre a Via Mangue, a pesquisadora lança um olhar sobre o contexto histórico de reprodução do espaço urbano do Recife, notando que ao longo dos anos a cidade vem passando por uma série de transformações espaciais, através de novas infraestruturas e empreendimentos urbanos que corroboram o crescimento econômico local. Em seguida, será apresentada a caracterização do Projeto Via Mangue, atentando para os arranjos espaciais envolvidos na execução da política pública. E por fim, procura-se entender real intencionalidade das ações promovidas no através do tratamento dado ao lugar das famílias pobres realocadas. A metodologia do artigo consistiu na revisão bibliográfica e documental, bem como a pesquisa empírica nos novos locais de moradias das famílias afetadas. Acredita-se que os rebatimentos espaciais desta ação pública, eminentemente voltada ao crescimento econômico, vêm intensificando ainda mais o caráter desigual da ocupação da cidade do Recife.

Na seção **ENSAIOS, RESENHAS E ENTREVISTAS**, destaca-se o ensaio de Ítalo César de Moura Soeiro, intitulado “Movimento espiral do conceito de paisagem: algumas aproximações e a estreita relação com o binômio natureza-cultura”, no qual se faz uma reflexão, de forma introdutória, sobre o movimento espiral do conceito de paisagem a fim de demonstrar alguns dos diversos significados sociais que o conceito deteve ao longo da história. Além de tais significados, o ensaio pretende demonstrar a estreita relação que o conceito detém e deteve com o binômio natureza-cultura. Desse modo, configura-se como um esforço, a partir da concepção de movimento espiral do tempo, de sistematização de procedimentos de análise e interpretações que alcancem diversas das relações constituídas ao longo da história da humanidade entre a paisagem e o binômio natureza-cultura. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se, sobretudo, dos resultados de uma revisão da literatura sobre o tema. Para a realização da reflexão proposta, o texto estrutura-se a partir de aproximações com a diversidade da arte e com a ciência geográfica, mostrando como a noção de paisagem é utilizada em diferentes contextos, desde a sua utilização enquanto técnica de expressão artística à categoria de análise no método geográfico. Enfim, o autor reforça as multifacetadas do conceito.

A Revista é fechada pela Resenha, de autoria de Jesus Marmanillo Pereira, sobre o livro “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet” do sociólogo de Manuel Castells. Reitera-se a contribuição da obra, no debate atual dos movimentos sociais em rede, pela qual, segundo o autor, Manuel Castells parece atualizar suas reflexões teóricas sobre associativismo e tecnologias da informação. O livro apreciado busca, segundo o autor, interpretar as mobilizações sociais em rede a partir das mobilizações ocorridas no mundo árabe, na Espanha e nos Estados Unidos, atentando para as relações existentes entre os distintos eventos, os valores culturais locais e a relação entre a autonomia da comunicação e o contrapoder, exercidos pelos movimentos sociais frente ao poder institucional do Estado. A construção do texto considerou os sete capítulos da obra, destacando que o primeiro trata dos antecedentes das mobilizações ocorridas em vários países, que tiveram início na Islândia e Tunísia, lugares onde, respectivamente, ocorreram o colapso financeiro e a autoimolação do jovem Mohamed Bouaziz. Em seguida, tem-se a análise sobre a revolução egípcia, onde o autor do livro detalha as formas como foram realizados os meios de comunicação e as redes pelos manifestantes e governo. O terceiro reflete sobre as insurreições árabes, explicando a expansão e institucionalização do dia de fúria (*yom al-Ghadah*), expondo ainda os motores originais destes movimentos. Logo após, demonstra a influência da crise europeia, com base no caso da Islândia, na indignação da população e deslegitimação dos partidos na Espanha. No quinto, aponta as semelhanças do movimento *Occupy Wall Street* com as mobilizações nos países Árabes e na Espanha. A posteriori, o sociólogo empreende uma reflexão sobre os capítulos anteriores e, por fim, fecha o livro ressaltando a produtividade histórica e social das práticas desenvolvidas por tais movimentos e como estas ações estão auxiliando no fortalecimento dos espaços de autonomia em torno da interação entre localidade e redes de internet. O autor da resenha crítica, ao final, destaca que, além da grandiosidade teórica sobre estas novas formas organizacionais, o aspecto comunicativo pode ser considerado um grande trunfo no fortalecimento e na rapidez de formação das diversas redes de indignação espalhadas pelo mundo.

Em face ao exposto, esperamos que os leitores apreciem esta edição que foi realizada mais uma vez, com muita dedicação dos integrantes do grupo MSEU. Lançamos o convite

para toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral, para que leiam e compartilhem os trabalhos disponibilizados nesta publicação. Desejamos que as discussões e reflexões presentes nos artigos estimulem a produção de conhecimento e o desenvolvimento de futuros trabalhos de pesquisa. Salientamos que esta edição evidencia o caráter integrador e multidisciplinar da Geografia, reunindo artigos que buscam compreender a atuação dos diferentes atores e os conteúdos de suas ações na produção do espaço, assim como estudos que procuram investigar práticas de planejamento e gestão dos espaços e o papel de variadas políticas públicas na promoção da cidadania.

Para concluir, em nome do Grupo MSEU, agradeço pela contribuição do pesquisador Leandro Gabriel, vinculado ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e especialista em questões voltadas para a arte e criatividade na cidade. Ele é responsável pela confecção da capa desta edição, a fotografia foi tomada em Alcântara (Lisboa – Portugal) em 10 de Maio de 2014.

DÓRIS JAMYLLA SIQUEIRA LOPES CAMPOS

RECIFE, OUTUBRO DE 2015.